
032ª SESSÃO ORDINÁRIA 22ABR2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete Vereadores presentes. Não há quórum.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje é um dia bastante dramático para o País e para os trabalhadores e trabalhadoras, dia em que o Congresso Nacional volta a discutir o tema da terceirização. E o nosso partido tem uma opinião muito clara e votou de forma unânime, contrária a essa absoluta fragilização, flexibilização das relações de trabalho. E nós entendemos que se há, de um lado, um prejuízo fortíssimo à luta dos trabalhadores e aos direitos que custaram muito aos trabalhadores conquistar, os direitos que estão na CLT, direitos que ainda são pequenos diante do lucro, diante do poder de quem compra o trabalho, quem compra a força de trabalho, imaginem diante da desregulamentação, da possibilidade de terceirização, quarteirização e desresponsabilização com essa contratação. Porque um dos elementos novos da terceirização é a absoluta desvinculação de responsabilidade trabalhista de quem contrata a empresa terceirizada. Então, vocês imaginem, na situação da terceirização de Porto Alegre, se a Prefeitura não arcasse solidariamente com os custos, por exemplo, de demissão, o que seriam das terceirizadas da nossa Cidade, que, cada vez que termina um contrato terceirizado, a empresa desaparece. A empresa insolve, Ver. Pujol; some! Não paga a última parcela dos salários e não faz a rescisão. Foi o que aconteceu, no ano passado, com 980 mulheres, a maioria na SMED. A Cootrario desapareceu, não queria pagar nem o salário de dezembro; quem arcou com o 13º, a rescisão e as férias foi a Prefeitura de Porto Alegre, porque é solidária, porque ela contrata o serviço. Se hoje passar e avançar o que o Congresso Nacional, na sua maioria, quer fazer, o que o Seu Eduardo Cunha está comandando, o que a maioria dos Deputados vinculados ao poder econômico estão encaminhando, não haverá mais responsabilidade solidária. Contrata-se de maneira terceirizada, e a empresa não paga os

direitos, não garante férias, não garante 13º, não garante licença médica, assistência à saúde, vale-transporte e alimentação, e quem contratou não tem nada a ver com isso. É muito grave, porque os trabalhadores não terão a quem recorrer, porque a empresa que presta o serviço, que intermedeia a mão de obra desaparece! Desaparece o escritório, Ver. Bernardino, desaparece a identidade jurídica, e essas mesmas pessoas formam outra empresa e seguem achacando e explorando o trabalhador. É muito grave o que se quer fazer neste País. Eu dei um exemplo do Poder Público, mas vocês imaginem o que significa isso na relação privada, Ver. Janta – se é isso o que acontece na relação com o Poder Público. Nesta Prefeitura tem acontecido, na FASC, com a assistência social, tem acontecido com os trabalhadores da segurança, da saúde, tem acontecido na SMED, com a limpeza e com a cozinha. É um absurdo o Brasil, no século XXI, estar rasgando a CLT. Bem, se de um lado é um desastre para os trabalhadores, para seus direitos, para quem vive do seu trabalho, de outro, a população perderá em qualidade de serviço, porque já está constatado que na terceirização isso acontece. Na terceirização da telefonia, da energia elétrica, de crédito e cobrança isso já acontece, não tem mais a relação direta do cliente e do vendedor, é um terceiro, um quarto intermediando, e nós ficamos numa relação com um 0800, na verdade. A tua relação não é mais com uma empresa, como consumidor, como cliente; a tua relação é com uma máquina, é com um telefone, e tem que ir à luta, tem que entrar na Justiça para conseguir reparar o dano que a terceirização faz na sua casa, nos serviços de telefonia, de televisão, de Internet, de telefone. Eu concludo dizendo o seguinte: espero que o Congresso Nacional escute a voz dos trabalhadores, escute a voz das ruas, escute a voz dos partidos que querem que este Brasil não retroceda. O Brasil, até o ano passado, enfrentou uma crise mundial onde a Europa e outros países estão tirando direitos, e nós aqui enfrentamos a crise aumentando emprego, aumentando salário, aumentando direitos, Este é o caminho do Brasil; que sei, todos nós desejamos. Esse movimento da terceirização é um movimento que se alia a quem entende que a crise do capitalismo tem que ser paga pelos trabalhadores. Nós não entendemos assim, quem tem que pagar a crise do capitalismo é quem já lucra muito com a exploração, com o mercado financeiro, não produzindo nada, apenas explorando o trabalho. Então basta!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queria hoje discutir um tema sobre a cidade de Porto Alegre, mas já que a Ver.^a Sofia novamente trouxe o tema da terceirização, primeiro queria que a Vereadora lesse as quatro emendas que o partido Solidariedade apresentou; segundo: essas quatro emendas garantem... Vou dar exemplo aqui para a Vereadora de empresas que conheço - faço porta de fábrica, panfleteio, vivo lá dentro -, de fatos concretos: uma delas é a Pirelli Pneus. Os funcionários da Pirelli comem no refeitório, e os terceirizados comem onde der, embaixo da árvore, em cima da pedra, em cima do trator, onde der. Só que agora com a emenda do Solidariedade, eles têm direito a comer no refeitório, eles têm direito a comer no mesmo refeitório dos funcionários da Pirelli. Pela emenda que o Solidariedade apresentou, eles têm direito ao mesmo plano de saúde que os funcionários da Pirelli têm. E outra: a empresa é solidária, tem que reter o 13º, o Fundo de Garantia e as férias. Vai acabar a gandaia!

O que a senhora falou aqui é pura verdade. Hoje em dia qualquer picareta monta uma empresa, ganha uma licitação, presta um serviço; seis meses antes de acabar o seu contrato, vai embora com todos os direitos dos trabalhadores. Nós continuamos contra a terceirização, só que nós vamos relembrar a história. Ontem mesmo foi data de fatos históricos: Tiradentes, Tancredo Neves. E o seu partido não quis participar, no Congresso Nacional, do Colégio Eleitoral. O seu partido se negou a ir ao Colégio Eleitoral! E nós fomos ao Colégio Eleitoral, garantimos a eleição de Tancredo Neves, garantimos que este País há 30 anos venha elegendo Presidente da República. O seu partido se negou a assinar a Constituição de 1988. Vale muito bem relembrar ao povo de Porto Alegre: o seu partido não assinou a Constituinte de 1988! Nós assinamos essa Constituinte que garante, entre as principais conquistas, o Sistema Único de Saúde.

E nós estamos discutindo a questão da precarização do trabalho, principalmente da terceirização. Agora, o seu partido ficou 16 anos no Governo Estadual, está há 12 anos no Governo Federal. O Presidente Lula ficou por dois mandatos, a Presidente Dilma mais um, e foi reeleita. E em nenhum momento o seu partido tirou esse Projeto da Pauta, em nenhum momento o seu partido apresentou uma emenda no Congresso Nacional para

defender os trabalhadores. Pelo contrário, apresentou sete emendas para arrecadar, sete emendas de tributação. O Levy ficou lá negociando com o Congresso, com o Relator, que é do meu partido, sete emendas para arrecadar, sete emendas dando para as empresas a responsabilidade que é da Receita Federal, de arrecadar. Em nenhum momento o Governo Federal se preocupou com os trabalhadores. Nós nos preocupamos. As emendas que nós apresentamos garantem o direito mínimo dos trabalhadores. Nós não vamos rasgar os direitos dos trabalhadores. E uma delas principalmente dá mais responsabilidade aos sindicatos, porque ela diz que a empresa para terceirizar tem que ter autorização do sindicato - o sindicato tem que assinar. Então, quer dizer que os sindicatos vão ter que começar a trabalhar agora, os sindicatos vão ter que começar a estar lá, no chão da fábrica, no chão das montadoras, nos canteiros de obras, como acontece aqui em Porto Alegre. Em várias obras, as empresas são contratadas, fazem a primeira laje; aí o cara pega, monta em três dias. A primeira coisa que ele faz: compra um carrão, troca de mulher, começa a levantar a obra e se manda. E se manda! E os peões ficam lá. Só que os peões, que são da construtora, comem no refeitório, têm capacete, têm todos os EPIs; os peões da terceirizada não têm nada.

E com as nossas emendas, esses peões da terceirizada, já que vai ter que reter esse dinheiro, vão ter direito a comer no refeitório, vão ter que ter os materiais de proteção. Então, isso que nós estamos falando, nós não estamos nos furtando de negociar, de discutir. Esse projeto ainda vai para o Senado, para a sanção ou não da Presidente da República, a quem cabe vetar. Então, acho que nós temos muita trajetória pela frente para discutir isso. Agora, que nós estamos melhorando as condições de vida dos trabalhadores terceirizados, nós estamos melhorando. Nós podemos simplesmente tirar o meio, isso pode se fazer. Já tirou o setor público, pode-se tirar o meio. Isso cabe ao Senado e à Presidência da República. Com força, fé e esperança, nós vamos seguir lutando para melhorar dos trabalhadores brasileiros, principalmente dos terceirizados, que são escravizados hoje neste País.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, entre os vários projetos que nós temos em discussão preliminar de Pauta, Ver. Idenir Cecchim, nós temos um que, por uma particularidade muito especial, justifica a minha intervenção nesta hora. É que esse projeto denomina a Rua Raul da Silva Boeira o logradouro público cadastrado, conhecido como Praça 7097 do loteamento Nova Restinga, 4ª Unidade Vicinal, localizado, obviamente, no bairro Restinga. Este cidadão que está sendo homenageado é merecedor dessa homenagem e de tantas quantas lhe forem tributadas. A Exposição de Motivos deixa muito claro as qualidades pessoais desse cidadão, razão pela qual perenizar o seu nome num logradouro público no bairro Restinga, na 4ª UV, é uma homenagem justíssima.

O que me traz à tribuna? Simplesmente dizer isso? Absolutamente não. O que me traz à tribuna é que, entre as exigências que a Casa, através das suas diretorias correspondentes, faz para a tramitação do Projeto é que ele seja acompanhado de um croqui na Prefeitura Municipal, para o qual é dado um verdadeiro sinal verde para que a proposição possa tramitar e chegar a este momento e a outros tantos que, na verdade, chegou.

Eu tenho discutido muito, Ver. Janta, porque a interpretação que a Diretoria Legislativa dá com relação às normas nesse sentido me parece equivocada, na medida em que a lei não fala exclusivamente em croqui fornecido pela SPM; fala em croqui ou outro elemento capaz de comprovar esse fato. E frequentemente temos esbarrado nos projetos, porque se buscam os croquis na SPM, aguardam-se dois anos, e eles não vêm. Aí as homenagens perdem o sentido e a razão de ser.

Aqui eu quero salientar um fato: esse croqui foi expedido em 2013 – estou falando em julho de 2013 – e agora, dois anos depois, vem aqui em termos de Projeto de Lei. Então o que existe? Existem pessoas que ficam com estoque desses croquis nos seus gabinetes e, depois, frustram homenagens que outros pretendem fazer.

Então eu quero, com toda a sinceridade e, sobretudo, com muita responsabilidade, dizer que vou suscitar, primeiro no Colégio dos Líderes, depois, junto à Mesa e, depois, junto ao plenário da Casa uma alteração nesse comportamento, um melhor enquadramento

desse assunto. A Diretoria Legislativa, com seus competentes integrantes, sabe que tenho aguardado há mais de três anos uma resposta da Secretaria Municipal do Planejamento. Sei lá se, daqui a três meses, não virá uma resposta dizendo que já foi concedido nesse meio tempo para quem quer que seja. E nós ficamos numa situação de absoluto desconforto junto aos familiares das pessoas que se busca homenagear.

Era isso, Sr. Presidente, que eu trago para debate nesta Casa, sabendo que isso não vai exaurir de maneira alguma a matéria. Muito antes pelo contrário, eu tenho a viva expectativa de que ele seja o início de um debate, para que melhor se possam clarear situações como esta. Era o que nos cabia dizer, neste dia, nesta hora, sobre esse assunto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, funcionários, pessoal que nos assiste em casa, pessoal das galerias, quero fazer uma saudação especial ao meu colega Kevin Krieger, que hoje assume, oficialmente, a Liderança de Governo. Eu havia antecipado essa informação, na semana passada, de forma precoce, às vezes numa maneira ansiosa de falar. Então, saúdo o Kevin, porque sei que é um cara profundamente inteligente, bem articulado e que vai desempenhar muito bem esse papel, bastante importante dentro desta Casa.

Queria comentar, brevemente, sobre a visita que fiz hoje a mais uma geriatria nesta Cidade, dentro do trabalho que tenho feito, Pablo, e te convido a fazeres parte, tu que és jovem. Eu tenho feito de quatro a cinco visitas a casas lares, a geriatrias, Casartelli, para conhecer a realidade desses locais. Visito desde as mais pobres, Janta, em que, muitas vezes, há um idoso lá que não tem fralda, que está mijado, que está amputado, que não tem nenhum recurso, muitas vezes nem um tubo de oxigênio, até as casas mais nobres. Hoje eu fui a uma que deveria ser o padrão referencial de casa geriátrica – e quem trabalha com a Medicina sabe –, que é a Casa Novo Lar. Casartelli, tu conheces? Fica ali na Rua Luciana de Abreu, que é de altíssimo nível, a maior parte dos internos ali são filhos de médicos, e um símbolo importante é que a mãe do proprietário da Casa está

internada ali, o que demonstra o cuidado e o amor que eles têm ali, aquela ali tem que ser uma casa referência. Eu convido a população geral que nos assiste a fazer visita a hospital, a lares, a casas geriátricas, e ali também é um local bacana de ver um bom trabalho. Pode realizar um bom trabalho voluntário, algo que vale a pena sempre; seja num local que tenha condições ou não, sempre é positivo a gente conhecer, porque há histórias e muita sabedoria para se aprender com as pessoas que chegaram na melhor idade. Ali temos cerca de 50 internos, a maior parte acima de 80 anos, o que faz ser lugar energeticamente do bem, de coisas boas, de pessoas que têm muito a nos ensinar.

E eu queria comentar sobre três indicações. Eu vou fazer um projeto de lei, estarei apresentando esta semana – a gente está montando, não é, Márcia? E quero desde já pedir o apoio, Kevin, para que a gente possa transitar isso com o Prefeito, porque acho que vão ser iniciativas bacanas e que podem colaborar dentre os temas que são importantes e relevantes para a Cidade. O primeiro, eu quero... Cadê o Nedel? O Nedel não está aqui. Ele ficaria feliz. Eu vou fazer uma indicação para que uma estátua seja colocada na Rua dos Andradas, para o Papa Francisco, uma figura que, na minha opinião, se consagra, no último período, como uma figura mundial; junto com um ou outro líder, é uma pessoa que demonstra o diálogo, a abertura ao diferente, trata da questão homofóbica, da questão do racismo e da questão das crenças religiosas de uma forma muito cordial e muito inteligente. É uma pessoa que eu surpreendentemente passei a admirar, porque eu não esperava – sendo bem franco, apesar de toda a minha família ser Católica – um Papa, nesse período, com uma cabeça tão arejada, tão popular e tão socialmente equilibrada, positiva e para frente. Então, uma estátua em Porto Alegre representando isso seria um símbolo, político, social e de justiça, correto, o que seria muito bacana apresentarmos, e eu estou apresentando esse indicativo para o Prefeito.

Os outros dois indicativos que eu quero fazer referem-se à lei da casinha. Hoje, a maior parte dos protetores de animais têm dificuldade, porque muitos têm dezenas, centenas de animais – cachorros, gatos –, sendo que muitas das casas são de passagem. Vou apresentar, então, uma lei para que todos aqueles que fazem casinhas de cachorro, como fábricas, tenham desconto nos impostos, para que as casinhas possam ser vendidas a preços populares. Tem gente que paga R\$ 70,00, R\$ 80,00, quando poderia pagar R\$ 20,00, R\$ 30,00 pela casinha de cachorro, podendo dar mais viabilidade a esses cães. Está chegando o inverno, e nós moramos num Estado onde tem frio intenso, então vai ser

bem importante se o Prefeito pegar e incorporar essa lei junto à Secretaria Especial dos Direitos Animais.

Outra questão que eu estou apresentando, sobre a qual pensei muito, é no sentido de colocar, em período extracurricular, dentro das escolas municipais, um período de direito dos animais. Assim como temos religião e educação física, que as crianças, dentro das escolas, aprendam sobre a importância dos animais, sobre a sua diversidade, sobre os mais variados animais que existem, sobre o que eles necessitam, como amor e cuidado. Vamos apresentar isso tanto nas escolas municipais, como em projetos de lei e também nas escolas particulares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoas que nos assistem através da TVCâmara e nos prestigiam com as suas presenças, eu, hoje, utilizo a tribuna para fazer um registro que considero de extrema importância, na medida em que o dia 21 de abril, que foi ontem, é lembrado como o dia das Polícias Civil e Militar. É a mesma data que exalta o vulto de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que é patrono de todas as polícias do Brasil.

Em nome da Bancada Progressista, em meu nome, quero registrar os cumprimentos a esta classe de homens e mulheres que se doam pela segurança da sociedade, que estão nas ruas, nas delegacias, evitando e elucidando crimes. A convivência com as polícias civil e militar gaúchas faz parte da minha vida. Eu cresci vendo o trabalho do meu pai, Pedro Américo Leal, como professor da Academia da Polícia Militar e da Academia de Polícia Civil, na defesa dessas duas entidades combatentes da violência e da criminalidade. Sempre digo que, como filha de bom soldado, sigo neste caminho sempre atenta e solidária aos anseios dos servidores da Segurança pública. Aqui na Câmara, cobro, fiscalizo, junto às autoridades constituídas, no sentido de que atuem de forma ostensiva para a segurança dos cidadãos, diuturnamente, e que reconheçam a importância do policial no que diz respeito a salários, à moradia, a plano de carreira e às condições de trabalho. A todos os policiais, no momento em que a cidade de Porto Alegre

pág. 8

e o Estado do Rio Grande do Sul enfrentam uma criminalidade que assola, que toma conta, que não tem mais hora, nem dia, nem bairro, meu agradecimentos.

De forma muito objetiva, vou ler algumas pequenas manchetes de jornais (Mostra o jornal.), iniciando pelo jornal Zero Hora, que estampou matéria de duas páginas. Vejam bem, senhores, a violência que toma conta das ruas do Estado do Rio Grande do Sul. Aqui temos uma sequência de atentados que foi muito bem colocada pelo jornalista José Luiz Costa. Quero registrar nesta tribuna que aquele episódio do incêndio do ônibus, em que os bandidos mandaram os passageiros descerem para tocar fogo no veículo, é um ato de terrorismo! O que aconteceu no Rio de Janeiro nós estamos vendo acontecer aqui! É momento, sim, de as nossas autoridades prestarem atenção e investirem em Segurança pública antes que seja tarde.

Outra questão que me traz a esta tribuna, é algo que quero registrar, é sobre a manchete do jornal Correio do Povo: “Após tornado, Exército ajuda a cidade de Xanxerê na reconstrução”. Não foi uma nem duas vezes que vim a esta tribuna para dizer, para falar e para exaltar a importância do Exército Brasileiro. E lembro bem que na minha última fala eu deixei claro que o Exército não presta serviço a partidos políticos nem a governos; ele presta serviço à Nação. Está aí um bom exemplo do Exército, quando esteve presente no momento em que a cidade catarinense de Xanxerê precisava de ajuda na construção, após esse tornado, em que já registram duas mortes, três mil casas atingidas, mais de 600 pessoas desalojadas, na segunda-feira. O Exército, a mão amiga, estava ali, mais uma vez, para atender o povo e reuniu uma tropa de cem homens para ajudar na remoção dos escombros e da limpeza.

Em nome da Bancada Progressista, do Ver. Villela, Ver. Kevin Krieger, Ver. Nedel, é muito importante que se faça esse cumprimento ao Exército Brasileiro. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro eu queria lamentar de não ter ouvido – eu e mais uma dúzia de Vereadores – a convocação para a Ordem do Dia; o microfone estava baixo. Mas eu queria aproveitar

este momento, já que não teremos a Ordem do Dia, para cumprimentar o Ver. Kevin Krieger, que hoje assume a Liderança do Governo. Cumprimento o Vereador em nome da nossa Bancada, da Ver.^a Lourdes Sprenger, do Ver. Pablo Mendes e do Ver. Professor Garcia. Queremos desejar que o nosso colega Kevin Krieger tenha sucesso na condução da Liderança do Governo. Ao mesmo tempo, cumprimento o Ver. Aírto Ferronato, meu colega de faculdade, com muita honra. Bons tempos aqueles, mas continuamos nos bons tempos, Ver. Aírto. Cumprimento-o pela sua condução nos últimos dois anos, sei que V. Exa. cansou de tanto trabalhar. É um dos seus adjetivos ser um grande trabalhador.

Quero dizer também, Ver.^a Sofia Cavedon, que sou a favor desse projeto da terceirização, e não sou a favor ou contra como muitos aqui, pois não sei se estamos falando, provavelmente, cada um dentro do seu *habitat*. Vossa Excelência fala da terceirização do serviço público, provavelmente; eu falo daqueles que pagam impostos, daqueles que trabalham, daqueles que precisam trabalhar. E falo com experiência de causa: eu sou um terceirizado, a minha empresa presta serviço de terceirização para a construção civil. Por exemplo, como é que uma construtora vai assinar a Carteira de Trabalho para um pintor trabalhar dois meses? Porque a pintura dura dois meses em um edifício! Como a construtora vai assinar a Carteira de Trabalho para quem faz a alvenaria, que é por tempo limitado? Para quem coloca pedras, o basalto do passeio, que dura mais ou menos um mês? Tem que terceirizar, sim, senhores! Cada um na sua, porque esses empregados que trabalham para fazer a alvenaria fazem um edifício, depois fazem outro, ou fazem em outra empresa, com a mesma responsabilidade. Senão, nós vamos parar, todos, no seguro-desemprego, que já está quebrado, segundo a Presidente, segundo o Ministro Levy.

Então, acho que nós temos que cuidar: uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa. Terceirização, com responsabilidade, não é isso que a Ver.^a Sofia Cavedon está dizendo! Isso que ela está dizendo prejudica os sindicatos, a CUT, que deixa de arrecadar, mas os trabalhadores garantem seus empregos, ganham por tarefa, trabalham mais tranquilos. E ainda quero dizer mais uma coisa, Ver. Cláudio Janta, V. Exa. falou muito bem ao explicar as garantias. Há muitas construtoras em Porto Alegre em que os terceirizados já almoçam no mesmo restaurante de quem é funcionário da construtora. Isso já é uma prática. Tendo respeito pelo seu funcionário, dá-se um jeito e se faz antes mesmo de a lei ser aprovada! O que se precisa ter é respeito pelos funcionários, respeito pelas leis que os protegem. O

bom patrão quer, sim, todas as garantias para os seus funcionários que trabalham e que ganham honestamente o seu salário durante seu labor, seja semanal ou mensal.

Portanto deixo bem claro aqui que sou favorável, quero que essa lei seja votada e cumprida. E que o desenvolvimento se faça de uma maneira harmônica entre funcionários e patrões, porque, aqueles que pregam que patrão é ruim ou que não presta fazem a pregação do totalitarismo desses Hugo Chávez da vida, desses... Desculpa, pessoal, mas de Cuba não dá mais para dizer nada, porque agora Cuba acertou-se com os americanos, entrou para o mundo moderno, então deixou alguns desses Vereadores aqui sem discurso. E nós vamos continuar com a nossa coerência: terceirizar. E é bom que continue com garantias, como a lei que está sendo votada dará, garantias para quem trabalha, garantias para quem emprega e garantias para quem precisa de um serviço bem prestado. Eu tenho certeza de que com essa lei votada, a lei da terceirização, nós teremos a garantia do cumprimento e a garantia da dignidade de quem trabalha, de quem emprega e de quem precisa de um serviço bem prestado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Nereu D'Avila (Requerimento): Sr. Presidente, V. Exa. lembra que, na última Sessão, estando na ordem da priorização de votação em primeiro lugar o projeto deste Vereador, a respeito do plebiscito no Parque da Redenção, V. Exa. pediu para transferir para hoje. Por um detalhe não houve quórum para a Ordem do Dia nesta Sessão. Eu solicito uma Sessão Extraordinária para tratar dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Nereu D'Avila. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Nereu D'Avila.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aproveito o Requerimento do nobre Ver. Nereu D'Avila para já tratar do tema e adiantar a minha posição contrária à Sessão Extraordinária. Primeiro, estou aqui com a chamada para a Ordem do Dia, e o Ver. Nereu D'Avila, por algum motivo, estava ausente. Se era tão importante a votação do seu projeto, era importante que ele estivesse no plenário para garantir a sua presença. Eu sei que a Ordem do Dia se precipitou, porém não há como

submeter a Sessão ao seu ritmo próprio. Se ele tinha interesse, que chegasse no horário. E, agora, o próprio Ver. Nereu solicita a esta Casa que crie uma Sessão Extraordinária para corrigir uma falta de atenção sua? Não tem acordo sobre isso!

Mas quero aproveitar e já tratar do tema que motiva a mídia, motiva mais uma vez o debate desta Cidade. Nós temos o entendimento de que cercar não resolve o problema da violência. A violência é um tema extremamente complexo e exige determinação, investimento, trabalho articulado e prioridade dos governos. E, lamentavelmente, não é o que temos visto nesta Cidade e não é o que se apresenta no próximo cenário, no cenário colocado no Rio Grande do Sul neste momento. Nós temos um chamado para a semana que vem uma greve dos policiais civis. E, se nós não temos presença ostensiva, com a investigação e a articulação dessas duas Instituições, nós não teremos segurança, cercado ou não cercado o parque. Então esse é o primeiro tema. Por isso, a nossa Bancada, na segunda-feira, já formulou um pedido de comparecimento do Secretário Estadual da Segurança e do Secretário Municipal da Segurança, cargo já ocupado pelo Ver. Nereu D'Avila nesta Cidade. Porque o Secretário da Segurança da Cidade e o do Estado precisam articular as ações de segurança com os órgãos responsáveis pela segurança. O que nós não vimos nesta Cidade foi a articulação de ações preventivas, articuladas junto com os territórios da paz, que o Governo Tarso instalou na cidade de Porto Alegre. Territórios da paz onde colocou muitas horas extras, muitas equipes, trabalho orientado e priorizado, de investigação para elucidar os crimes, para identificar os bandidos, para prendê-los. Assim foi no bairro Restinga, assim foi no bairro Lomba do Pinheiro, assim foi no bairro Rubem Berta e na vila Bom Jesus durante o Governo Tarso. Lamentavelmente, no início deste ano, as horas extras dos que garantiram esses territórios da paz foram retiradas, e os brigadianos, os delegados, oficiais e membros da segurança da Polícia Civil estão paralisando também pela retirada de horas extras, por atingirem o seu plano de carreira e também porque o Governador anuncia que não vai respeitar projetos de lei de reajustes já aprovados, consagrados em lei pelo Governo e na Assembleia Legislativa. Se isso não é investir em segurança... Ora, do lado disso, a solução do ex-Secretário de Segurança é cercar o Parque da Redenção.

Trato, agora, Professor Miranda, do cercamento do Parque da Redenção. O Parque da Redenção é o coração do encontro e da manifestação popular, da cultura da nossa Cidade; o Parque da Redenção é símbolo das nossas lutas, é símbolo da nossa

capacidade de integração, de ocupação urbana, de encontro, de vivência de cidade. O que vai significar a cidade de Porto Alegre renunciar a um parque aberto, permeável, ligado à cidade e às suas manifestações? O que vai significar isso? Isso não combina com a tradição libertária do bairro Bom Fim. O Bom Fim, que é o lugar exatamente da controvérsia, da liberdade, da transgressão, o lugar dos jovens, das universidades, e no coração desse lugar se quer cercar o parque. Que incompetência é essa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Que incompetência ou renúncia de gestão significa uma cidade cercar o seu principal parque, um parque que é via de transição, de acesso? Que incompetência é essa, que não é possível fazer uma ocupação qualificada, uma vigilância, uma iluminação? É inaceitável o que o Vereador propõe, que não consegui aprovar por lei e quer, agora, que a Cidade discuta é renúncia à vida na Cidade, à vida cultural, ao nosso coração da ebulição da solidariedade, do encontro e da cultura. Então, nós somos contrários à Sessão Extraordinária porque somos contrários, também, a dar curso a essa iniciativa que está contra tudo o que esta Cidade construiu e exemplo para o mundo, que é de construção de uma Cidade melhor e com mais qualidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Nereu D'Ávila.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. João Bosco, não gostei nada do que a Ver.^a Sofia Cavedon fez aqui na Tribuna, denunciando o Ver. Nereu D'Ávila que não estava presente; se fosse isso, eu também não estava presente. Estava aqui falando com Vossa Excelência, com o Ver. Nereu, com todo mundo e ninguém ouviu a chamada para a Ordem do Dia. Mas, agora, nós temos ali... O Presidente é muito competente e zeloso pela Casa, já abriu essa discussão para fazermos uma Extraordinária que a Ver.^a Sofia Cavedon não quer. Aliás, ela não quer porque alguns Vereadores não ouviram a chamada e ela é campeã em retirar quórum, ficando sentada aí. Ela e a Bancada são campeãs em retirar quórum.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. IDENIR CECCHIM: A senhora faz aquilo que está acostumada a fazer com seu próprio veneno. A senhora não atire para cima de Vereadores como a senhora fez com o Ver. Nereu aquilo que a senhora usa e abusa, quando quer tirar o quórum e fica sentada na sua cadeira. Isso é muito bonito de fazer, na sua ótica, mas na minha ótica, é muito feio tentar descarregar em algum Vereador, porque quer postergar a discussão. A senhora é contra uma matéria e não quer votar. Cadê a sua democracia? Será a do Maduro? Será a do Fidel Castro? É essa a democracia que a senhora quer? Eu não quero essa, eu quero a nossa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, o Requerimento de autoria do Ver. Nereu D' Ávila. (Após a apuração nominal.)

APROVADO por 20 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Informo aos Srs. Vereadores que a Sessão Extraordinária ocorrerá após o término da presente Sessão.

Passo a ler o Ofício nº 520/15, do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal dirigido a este Presidente (Lê.): “Sr. Presidente, cumprimentando-o cordialmente, e tendo em vista a solicitação do Ver. Airto Ferronato, de afastamento da Liderança do Governo na Câmara de Vereadores, indico o Ver. Kevin Krieger para substituí-lo. Destaco, por importante e oportuno, o trabalho desenvolvido pelo Ver. Ferronato, que, sem dúvida alguma, contribuiu para melhorar a relação dialógica com esse Poder. Atenciosamente, José Fortunati.”

Parabéns, Ver. Kevin, por assumir a Liderança do Governo e parabéns, Ver. Airto Ferronato, pelo trabalho exercido até a data de hoje.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRÚSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Airto Ferronato, este é o momento de eu registrar aqui os meus cumprimentos ao seu trabalho na liderança do Governo, ainda que eu não faça parte da base do Governo, mas muitas e muitas vezes, na grande maioria das vezes, votei com a coordenação de V. Exa. Quero cumprimentá-lo pela tolerância com este Vereador

também, a coisa aqui não é fácil, a gente vai levando a vida como dá. Muitas vezes não temos condições de um apoiar o outro nas questões de projetos, enfim, mas quero cumprimentá-lo. V. Exa. foi um parceiro, ainda que muitas vezes não tenha concordado com as propostas deste Vereador, mas faz parte da luta de plenário e tenho uma admiração muito grande por V. Exa. Receba os nossos cumprimentos.

Quero cumprimentar o Ver. Kevin Krieger, que inicia esse trabalho. Quero desejar que V. Exa. tenha condições de liderar a base do Governo e que possamos convergir, Ver. Kevin Krieger. Vou fazer um apelo a V. Exa., aliás, tenho feito esse apelo ao longo do tempo aqui aos Vereadores - eu não sou da base, o Ver. Janta também não é a base, até ontem o Ver. Tarciso também não era da base – que façam um esforço, porque nem tudo o que aqueles que não são da base apresentam pode ser negado ou votado contrariamente, como muitas vezes vemos aqui neste plenário. Nós todos temos algo a oferecer, ainda que não sejamos da base do Governo. E eu quero dizer que fiquei muito feliz em saber que V. Exa. já está agendando um horário com o Secretário da Fazenda para tratarmos de um projeto de minha autoria, que propõe mudar a data de vencimento do IPTU. É construindo assim, Ver. Kevin Krieger, que a gente vai se ajeitando, vai se acomodando e vamos nos ajudando aqui, e a sociedade, com isso, ganha. É nessa linha. Então, quero cumprimentá-lo e dizer que estou à disposição para conversar com o Secretário. Aliás, quero aproveitar para dizer desta tribuna que, de todos secretários que passaram durante o período em que eu estou Vereador, é um secretário que me sinaliza muito positivamente, porque procura entender as nossas dificuldades, esclarece rapidamente os nossos questionamentos. Então, o Secretário já tem o nosso apoio e admiração. Quero desejar a V. Exa., mais uma vez, sucesso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem aqui no plenário e pelo Canal 16, eu quero tratar aqui hoje do projeto de lei de autoria do Executivo que está em pauta, portanto entrando nesta Casa, que trata novamente da reestruturação administrativa. Na verdade, o projeto,

Ver.^a Lourdes Sprenger, é um contrabando para criar mais CCs na Prefeitura de Porto Alegre. Eu quero aqui registrar que o projeto propõe a mudança de nome da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico para Secretaria Municipal de Gestão, porque esta é uma realidade: Porto Alegre está sem gestão dos projetos que estão andando e poderiam estar unificados; Porto Alegre está perdendo recursos.

Eu quero, em nome da Liderança de oposição, cumprimentar o Ver. Kevin Krieger, que assume hoje como Liderança de Governo, e dizer que, como oposição, nesta Casa, estaremos sempre abertos para o diálogo.

Quero dizer que um dos temas em que Porto Alegre peca é a gestão, porque tem perdido recursos. Quando este Governo iniciou, foi feito um contrato de gestão para que cada Secretaria tivesse um plano de metas. O plano de metas está sendo cumprido só na teoria, porque, na prática, não o executam. A Cidade nunca esteve tão suja como hoje. Criticavam a administração popular porque limpava a Cidade, pintava os meios-fios e mantinha a Cidade limpa; agora, olhem a sujeira em que está a Cidade, a buraqueira em que estão as calçadas. E onde está o mobiliário urbano? Há dez anos, ficaram de apresentar uma proposta para reestruturar o mobiliário urbano. Onde estão os R\$ 5,2 bilhões captados do Governo Federal – e Porto Alegre nunca teve tanto dinheiro! –, as obras estão paradas, o corredor da Av. Bento Gonçalves, o corredor da Av. Protásio Alves... E aí, Ver.^a Lourdes, talvez, melhorando o nome da gestão, melhore a atuação da gestão. Eu, como engenheiro – os nossos colegas engenheiros e o Villela, que já foi Prefeito -, nunca vi fazer viaduto com escora, e no viaduto ali da rodoviária, para não cair, tiveram que fazer uma escora por cima da rodoviária. Por favor, isso é um problema de gestão e de engenharia, ou não é? Claro que é!

Então quero registrar aqui, inclusive já dialogando com meu colega, Ver. Nereu D'Avila, que apresenta o projeto para debate: a criação desses CCs representa mais R\$ 300 mil para o cofre público municipal. Pergunto aqui: uma das alegações que o Ver. Nereu traz para fazer o debate do cercamento da Redenção é o problema da segurança. Nós temos Secretaria Municipal de Segurança ou não temos? Peguem esses R\$ 300 mil que estão gastando aqui em aumentar mais oito CCs e contratem seguranças, montem um programa municipal de segurança do Parque Farroupilha. É isso que temos que discutir. Por que mais oito CCs?

E diga-se mais: o Ver. Pujol era um que criticava imensamente a Administração Popular e dizia que os CCs eram cargos para a companheirada. Sabem quantos CCs ficaram em 2004? Quatrocentos e noventa e cinco. Sabem quantos CCs têm hoje? Mais de mil. Quem é que duplicou o número de CCs na Cidade? Melhorou o serviço? Não, não melhorou o serviço, piorou a gestão: a Cidade está suja, a Cidade não tem projeto, a Cidade está esburacada, a Cidade está às escuras. Diga-se de passagem, ontem o Ver. Mauro Zacher apresentou o programa de iluminação dos parques, e talvez tivesse que começar pela Redenção a iluminação dos parques que foi anunciada ontem. Quero sugerir o debate com os colegas sobre esse projeto do Governo que cria mais CCs: que os R\$ 300 mil sejam aplicados na segurança do Parque Farroupilha em vez de criar mais CCs. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu, como qualquer um dos outros companheiros da Casa, quero ser o mais célere possível, para que a gente possa efetivamente entrar na convocação extraordinária aqui deferida, para que o projeto do Ver. Nereu D'Avila possa ser votado, como é expectativa geral, não só da Casa como da sociedade porto-alegrense, dos meios de comunicação que aguardam uma definição nossa. Terá que ser objetiva: pode, não pode; deve, não deve; faça-se ou não se faça. Não há grandes discussões para se fazer. Com relação ao fato final; isto é, cerca ou não cerca, se verá isso quando do plebiscito.

Mas eu só quero deixar claro, para não haver dúvida nenhuma, que me foi atribuído um comportamento que eu não subscrevo: que no tempo que eu era oposição, quando vinham projetos do Governo no sentido de criar cargos, eu dizia: “não, não vou votar contra, porque isso é mais um carguinho para a companheirada”. Não há, nos anais da Casa, nenhuma afirmação nesse sentido, da minha parte. Nunca tive essa falta de grandeza, de não analisar os projetos adequadamente. Aliás, o Ver. Comassetto chegou um pouco mais tarde do que eu aqui na Casa; ele precisaria ouvir os ex-líderes do PT – o

Marcelo, o Pestana – para saber a opinião deles sobre o meu comportamento como independente na Casa naquela ocasião. Não, eu jamais faria isso!

E se esse projeto está se referindo à situação dessa anomalia que há hoje na Administração Municipal, que exige dos secretários adjuntos a mesma coisa que diversamente é exigido dos titulares, eu quero dizer que isso não cria cargos novos, não – os cargos já estão criados; simplesmente se retira uma anomalia: o problema de exigência de currículos específicos, etc., pois uma atividade política, essencialmente de administração, de responsabilidade não comporta esse tipo de alegação. Isso é uma coisa muito clara, e eu não tenho por que esquecer que quem inspirou o Governo para essa tomada de posição foi fundamentalmente a circunstância que o nosso ex-colega, Ver. Brasinha, está ocupando a Secretaria Adjunta de Esporte do Rio Grande do Sul. E todos nós sabemos que ninguém precisa ser doutor para ser Secretário Adjunto de Esporte em Porto Alegre. Para quê? Tem que ter o que tem o nosso querido Brasinha: a simpatia, o relacionamento, o comportamento firme, positivo, que todos reconhecem nesse particular. Então, não se faça dúvida: nunca tive este gesto de impugnar a criação deste ou daquele cargo com este argumento tão frágil, tão inadequado de que estaria se criando cargo para a companheirada. Olha, criaram-se os cargos que foram necessários, os companheiros ou não companheiros assumiram; tem aí milhões, milhares de cargos, no Governo Federal, ocupados por petistas e não petistas, muitos dos quais ocupados por pessoas de bem, dignas, decentes, que eu só posso aplaudir que estejam trabalhando com o Governo Federal, como eu aplaudo a outros tantos petistas que um dia trabalharam para o Governo do Estado e que hoje, por circunstâncias, não estão mais na Administração Municipal e Estadual. Assim foi o caso do Carlos Pestana, que até pouco foi Secretário da Casa Civil, homem importante do Governo, que foi colega nosso aqui na Câmara, foi Líder do PT, Líder do Governo, comigo conviveu longamente e pode dar um depoimento a respeito do comportamento que eu tinha enquanto homem de oposição, enquanto homem independente com relação ao Governo estabelecido. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, após a fala do Ver. Reginaldo Pujol, eu quero explicar melhor as minhas palavras, no seguinte sentido: o Ver. Pujol fazia parte da

oposição que falava, e não atribuí à sua pessoa propriamente dita, porque o Melo era o campeão de vir aqui à tribuna e dizer que “CC para a companheirada, e PT só sabe pintar a rua e limpar a Cidade”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Ver. Comassetto.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje, em homenagem, inclusive, aos meus colegas professores de educação física, discuto esse projeto tentando trazer, mais uma vez, o tema da Secretaria Municipal de Esportes, porque esse projeto altera o nome da Secretaria de Gestão e altera os pré-requisitos para a ocupação de cargo de Adjunto dessa Secretaria e da Secretaria de Esportes. Nós sabemos que tem um retrato, falado pelo Ver. Pujol, e não quero tratar sobre esse tema.

Quero falar, primeiro, que a Prefeitura está aqui ampliando custos, gastos com cargo comissionado. São R\$ 300 mil a mais no ano para CCs, aumentando salário de cargo comissionado e argumenta, com isso, isonomia. E nós gostaríamos que a Prefeitura trabalhasse com isonomia. A Prefeitura tem, nesta Casa, um Projeto de Lei distanciando, mais uma vez, os salários dos fiscais da Fazenda em relação aos demais funcionários com o mesmo grau de instrução e demais funcionários da Secretaria da Fazenda. Isso não é tratar com isonomia, isso é privilegiar um determinado grupo, privilegiar algumas carreiras que a Prefeitura considera, talvez, estratégicas, em detrimento do coletivo.

Mais uma vez, a Prefeitura joga o conjunto dos trabalhadores no debate da carreira. E aqui o Prefeito Fortunati assina dizendo que frisa que há estudos técnicos no âmbito da Administração para a realização de um plano de carreira para revisar e atualizar o tratamento geral, conferido aos postos de Secretário Municipal Adjunto e análogos, à luz da sua natureza política.

Porém, esse mesmo plano de carreira prometido, pensado, e com o qual se responde a todas as demandas da categoria, não anda para cargos mais baixos, para salários muito mais baixos do que os de adjunto, que agora estão sendo corrigidos.

Chamo atenção para o cargo de monitoras - as mulheres que trabalham 40 horas com as crianças e que querem o Padrão 7, que nós aprovamos e que a Prefeitura vetou, e que é o nível técnico, o nível que elas merecem receber pelo trabalho exaustivo, complexo,

estratégico e importante; trabalho que não tem o mesmo tratamento das adequações políticas de CC; e faço o terceiro contraponto, que é o contraponto em relação à Secretaria Municipal de Esportes: acrescenta-se aqui um gasto à Secretaria Municipal de Esportes e, no entanto, essa Secretaria está minguando, é uma Secretaria que funciona basicamente com estagiários, com um número muito reduzido de professores e com quase nenhum orçamento para manutenção dos equipamentos públicos de esporte nesta Cidade. Isso é muito triste, por quê? Porque os nossos centros comunitários que têm piscina, quando chega dezembro, é aquele corre-corre desesperado, porque as piscinas não têm condições de uso, não têm condições de higiene, não têm manutenção para que as nossas crianças e adolescentes da periferia da Cidade possam ter um verão mais alegre. Então, são equipamentos públicos muito importantes, que estão abandonados pelo exíguo orçamento da Secretaria Municipal de Esportes. No entanto, para adequar um cargo comissionado, é possível, a Prefeitura Municipal manda a lei, e vai gastar quase 300 mil reais. Não acho justo que não se faça concurso público para a Secretaria Municipal de Esporte, que não se proveja de professores. As praças e parques da nossa Cidade, Ver. Nereu, como o Parque Ramiro Souto, que sem tem vida manhã, tarde e noite, será mais seguro, não precisando de cercamento.

Nós entendemos que os recursos têm que ser direcionados para isso, para a vida, para atendimento no esporte, no lazer, na convivência para o fomento da cultura.

Cultura e esporte têm o seu orçamento reduzidíssimo, ano após ano, em Porto Alegre. De outro lado, cresce o comprometimento com os altos salários, de direção e comissionados. Nós não concordamos com essa lógica. E não tem nada a ver com o debate de quem vai ocupar, de quem não vai ocupar, ou com critérios, que eu também acho, como o Ver. Pujol, que precisa de critérios de escolaridade para determinadas funções. É importante que a prioridade seja o atendimento à população e seja o conjunto do funcionalismo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, cumprimento o meu colega Alex Fraga, usando o tempo de liderança da nossa Bancada para tratar três temas muito importantes. O primeiro é em relação ao nosso mapa da Segurança pública, Ver. Alex, integrante da Comissão de Direitos Humanos. Nós estamos atualizando os dados que dizem respeito à violência. E, por outro lado, o acesso aos direitos humanos, a questão da desigualdade social, querido Prof. Miranda. Um dos temas do Mapa da Segurança pública e Direitos Humanos diz respeito à situação das crianças e adolescentes na cidade de Porto Alegre. Domingo passado, saiu na coluna do Tulio Milman um relato muito grave da Dra. Sonáli que é Juíza e que relatou naquela carta a gravidade da situação dos abrigos, tanto Estaduais como Municipais para atenção dessas crianças, abrigos com problema de fiação, abrigos em que faltam colchões para as crianças dormir, muitas dessas crianças já vítimas da violência, por isso foram tiradas das suas casas, outras tantas vítimas da desigualdade social, em que a família é tão pobre, que não tem condições de ficar com essas crianças, e por outro lado à rede de assistência que não anda: vagas nas escolas que não se conseguem para essas crianças, triplamente vitimizadas por uma sociedade extremamente desigual. a falta de técnicos, inclusive com denúncias de dar remédios para as crianças, porque são agitadas, o que é um absurdo. O que é um absurdo! Então, eu trago esse relato hoje, porque amanhã eu estarei, de tarde, visitando um dos abrigos junto com esse grupo de fiscalização, como estou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e nós faremos uma atualização do Mapa, com relação à criança e o adolescente, Ver. Professor Alex vai pegar a questão da violência nas escolas, nós achamos que é fundamental essa fiscalização *in loco*, as denúncias da Juíza Dra. Sonáli são muito graves e mostram uma desatenção lá na base, lá na atenção com essa criança. Depois as saídas institucionais são verdadeiramente absurdas. O mesmo Estado que não promove a garantia de direitos para a criança, o mesmo Estado que não promove uma política preventiva de educação, cultura, esporte, lazer, o mesmo Estado que não promove o combate à desigualdade social para mexer nessa pirâmide e taxar os ricos, é o Estado que quer com maioria na CCJ lá, mexer na redução da maioria penal. É um absurdo! Porque além de um falso e pernicioso debate com relação a Segurança pública, nós vemos que a taxa de reincidência dos jovens que tiveram cumprido medidas socioeducativas, são infinitamente, menores dos que ingressam no Presídio Central, que é um verdadeiro *show*

pág. 21

de horrores, de falta de condições básicas para o sistema carcerário, por outro lado, um verdadeiro absurdo colocar as crianças mais cedo. Ao contrário, nós somos terminantemente contra a redução da maioria penal, mas queríamos fazer esse informe e convidar outros que queiram conosco fazer essa vistoria aos abrigos.

Em segundo lugar no tempo de Liderança do PSOL queria também entrar no debate do cercamento da Redenção, não da consulta, mas da própria política e prática permanente de querer tapar o sol com a peneira, achando que cercar a Redenção vai resolver o problema de Segurança pública, que está cada vez mais agravado no nosso Estado, fruto da falta de policiamento nas ruas, falta da estrutura para garantir um sistema de investigação, das promessas não cumpridas, porque o Fortunati prometeu em 2012 o cercamento eletrônico da Redenção, e nós já estamos em 2015! Ao contrário, Jane Jacobs já dizia que, quanto mais cerca, mais perigoso para a população.

Existem dois públicos da Redenção – depois, na discussão do projeto, vamos debater esses públicos –, e eu, como usuária, já passei por situações em que o fato de não ser cercado permitiu que eu saísse do parque antes de uma situação de risco, em um dos meus transursos, Ver. Prof. Alex, quando eu ia trabalhar no Departamento de Economia e cruzava a Redenção às 7h. Quando vi, alguém que estava muito longe, já estava muito perto de mim; eu saí correndo e consegui, na Av. João Pessoa, encontrar um casal e ir acompanhada dele até próximo ao meu trabalho. Então é uma falsa sensação de segurança que, na verdade, não resolve em nada as questões de devolver o parque à população, de garantir que haja uma política de, ao contrário, estimular o uso intensivo do parque, como acontece nos finais de semana, durante a semana, durante a noite, quando tem o Baile da Cidade. Olhem que linda fica a Redenção com ampla circulação de pessoas! Há o problema grave da falta de iluminação: toda a nossa Cidade está com problemas de iluminação, incluindo o Parque da Redenção.

Nós queremos fazer o debate, porque a questão da segurança não se resume ao parque. Nós estamos aqui com o Professor Miranda, que, inclusive, foi vítima, há dois dias, de um assalto e de uma bala, e não estava na Redenção. Então nós precisamos fazer o debate de forma conjunta, acabando com alternativas falaciosas, que afastam a população do parque e não resolvem o problema de segurança. Nós, do PSOL, temos posição firme com relação ao cercamento, mas, ao mesmo tempo, defendemos que a população tenha o direito de discutir e decidir com amplo espaço e com ampla possibilidade de divulgação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, quero agradecer a nossa oposição e reafirmar que os partidos de oposição – PT, o PSOL e o PCdoB – têm a postura de lutar contra o PL nº 4330, que é o PL da terceirização. Temos uma postura muito clara sobre esse projeto. Esse projeto de lei está em debate hoje à tarde lá no Congresso Nacional. Na semana passada, o Presidente da Câmara recuou, porque os trabalhadores de todo o Brasil foram para a rua defender os seus direitos. Hoje, há a possibilidade desse projeto não passar. Inclusive, os Senadores já disseram que no Senado não passa! Neste momento, aqui, temos que separar: os sindicalistas autênticos, que defendem o direito dos trabalhadores, dos sindicalistas que viraram patrões. Objetivamente, a Força Sindical e o Solidariedade estão defendendo a agenda patronal, neste momento. Não estão mais defendendo agenda dos trabalhadores do Brasil! Dizer, aqui, que no Governo Lula nada foi feito...

Quero reproduzir a fala do meu colega Janta, só para dizer que, quando a Força Sindical defendia os trabalhadores, o salário mínimo era menos de US\$ 100,00 na era do Fernando Henrique Cardoso. Muitas vezes, os sindicalistas, inclusive o Janta, foram para a rua dizer palavras de ordem: salário mínimo de US\$ 100,00, no mínimo. Hoje, o salário mínimo está em torno de US\$ 300,00. Onde está o reconhecimento dessa política? Isso foi por acaso? Não. Foi por uma política de inversão de prioridades, investir na economia interna do Brasil. E as outras palavras que diziam era “Fora FMI!” Não precisou ir fora! O Presidente Lula enfrentou o debate, pagou as dívidas feitas durante a ditadura militar, dinheiro enterrado na Transamazônica e em outras grandes empresas. Ninguém quer falar na corrupção no tempo da Itaipu, quando ela foi feita. Não tem problema fazer esse debate.

Então, eu quero dizer aqui que votar a favor do Projeto de Lei Complementar nº 4330, que trata da terceirização, é rasgar a CLT e os princípios do trabalhismo no Brasil. E o PDT, que está fazendo esse debate lá no Congresso Nacional, teve alguns Deputados – inclusive do Rio Grande do Sul – que votaram a favor na Comissão. Está-se tirando

posição nacional de lutar contra a precarização do trabalho. Dizem que essa é uma medida para melhorar os 12,7 milhões de trabalhadores no Brasil, que são terceirizados. Não vai melhorar! Vejam como é com as nossas meninas que trabalham aqui na limpeza da Câmara, que são terceirizadas: não recebem em dia; o seu patrão recebe e não repassa no final do mês o salário; não têm direito a férias, não têm direito ao décimo terceiro; não têm direito – que qualquer trabalhador teve e conquistou no Brasil – à Carteira de Trabalho assinada, que é um direito e é a postura do trabalhismo. Quem criou a CLT foi Getúlio Vargas, que foi um grande avanço e se mantém até hoje. Precisamos fazer algumas reformas, entre elas a trabalhista? Podemos fazer, mas sem tirar direitos dos trabalhadores. Conquista é conquista! É este o debate que temos que fazer. Não podemos substituir aqui as centrais sindicais que realmente defendem o trabalhador brasileiro e aquelas que compraram agenda patronal... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Fazer o debate na política aqui, nesta tribuna, não tem nenhum problema. Quero dizer novamente aqui que essa alegação para aprovar a terceirização, dizendo que vai reduzir os impactos da atual redução da atividade econômica, se não for aprovada, é uma falácia. Isso é uma agenda unilateral! O Brasil precisa avançar, mas não tirando direitos, mas, sim, ampliando os direitos de quem precisa, entre eles o da maioria da população brasileira, que são os trabalhadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, solicitamos o comparecimento do Sr. José Freitas, Secretário Municipal de Segurança, e do Sr. Wantuir Jacini, Secretário Estadual de Segurança Pública, para tratar sobre o cenário de violência na Cidade, em prol de esclarecer sobre a continuidade das políticas públicas de segurança e sobre os recursos orçamentários e de pessoal que envolvem os programas Patrulha Maria da Penha e Território de Paz, com abrangência e ação no Município.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h50min.)